

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Fonte TV

TCE aprova contas do governador Caiado

.....

Diário da Manhã

TCE-GO aprova contas de 2024 do Governo de Goiás com superávit e cumprimento fiscal

.....

Diário de Aparecida

TCE aprova contas do governo relativas a 2024 com superávit de R$ 2,5 bilhões

.....

Diário Goiás em Destaque

Contas do Governo de Goiás em 2024 são aprovadas por unanimidade pelo TCE-GO

.....

O Hoje

CONTA PONTO

.....

O Popular

GIRO

.....

CGR Brasil

TCE-MS participa de webinário sobre planejamento orçamentário na primeira infância

.....

Brasil em Folhas

GO aprova contas do Governo de Goiás para 2024

.....

Tribunal de Contas aprova contas de Goiás com superávit recorde

.....

TCE aprova contas do governador Caiado

Tribunal de Contas do Estado de Goiás aprovou por unanimidade as contas do governo Caiado em 2024 segundo o parecer o superávit orçamentário foi de 2,52 bilhões de reais com o resultado primário de 2,2 bilhões e resultado nominal superavitário de 1,5 bilhões o parecer será encaminhado à Assembleia Legislativa de Goiás que vai julgar as contas do Governador

TCE-GO aprova contas de 2024 do Governo de Goiás com superávit e cumprimento fiscal

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE--GO) aprovou por unanimidade, na última segunda-feira, 23, o parecer prévio sobre as contas do Governo de Goiás relativas ao exercício de 2024.

O relatório, apresentado pelo conselheiro Edson Ferrari, avaliou diversos aspectos da administração estadual, como o cumprimento das metas fiscais, a execução orçamentária, as vinculações constitucionais e o respeito aos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Entre os resultados apurados, o Estado registrou um superávit orçamentário de R$ 2,52 bilhões, com resultado primário positivo de R$ 2,20 bilhões e resultado nominal superavitário de R$ 1,05 bilhão. A arrecadação totalizou R$ 46,37 bilhões no período, representando crescimento de 10,44% em relação ao exercício anterior. Além disso, os conselheiros destacaram o cumprimento dos investimentos mínimos obrigatórios nas áreas de saúde, educação e nas despesas com pessoal.

O secretário da Economia de Goiás, Francisco Sérvulo Freire Nogueira, avaliou que a aprovação reflete um trabalho técnico e focado na sustenta-bilidade fiscal. Segundo ele, o controle de gastos, a busca por eficiência e a ampliação da transparência foram determinantes para o desempenho positivo das contas. O gestor ressaltou ainda que o reconhecimento unânime do TCE confirma a condução responsável da política fiscal estadual.

Para o superintendente central de Contabilidade da Secretaria da Economia, Ricardo Rezende, os resultados atestam a evolução do Estado na gestão fiscal e contábil. Ele pontuou que o governo mantém atenção permanente às recomendações e determinações do Tribunal de Contas, o que tem contribuído para a qualificação dos dados públicos e a melhoria da governança financeira estadual.

Após a aprovação do parecer pelo TCE-GO, o documento segue para análise da Assembléia Legislativa de Goiás (Alego), responsável constitucional pelo julgamento final das contas do chefe do Executivo.

Daniel Vilela e prefeitos articulam ação pelo Anel Viário de Goiânia

Redação

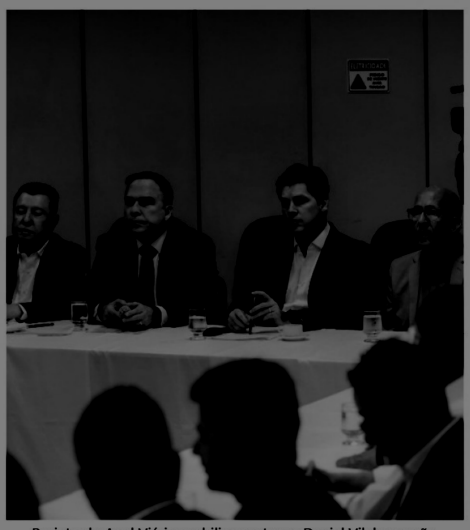
A construção do novo Anel Viário de Goiânia voltou ao centro das discussões entre representantes do Governo de Goiás, prefeitos da Região Metropolitana e parlamentares. A obra, orçada em R$ 948 milhões, promete desafogar o tráfego da BR-153 e impulsionar a logística regional. A reunião de terça-feira, 24, no Paço Municipal, reforçou o esforço conjunto para viabilizar o projeto, considerado essencial para o desenvolvimento urbano e econômico da região.

O vice-governador Daniel Vilela lidera a interlocução com o Ministério dos Transportes e a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT). Embora seja uma obra federal, o Estado assumiu protagonismo na articulação para acelerar licenças, projetos e garantir a execução. "É uma demanda urgente para a mobilidade de toda a Região Metropolitana, e o Governo de Goiás não poderia se omitir", destacou Daniel.

O projeto prevê interligar Goiânia, Aparecida de Goiânia, Hidrolândia, Senador Canedo e Goianápolis com um traçado de alta capacidade, incluindo 10 pontes, 35 viadutos e 26 quilômetros de conexões com outras rodovias. A expectativa é que, em até dez anos, o trecho registre fluxo superior a 21 mil veículos por dia, retirando caminhões e veículos pesados do perímetro urbano.

Prefeitos presentes reforçaram a urgência da obra. Sandro Mabel, de Goiânia, ressaltou os riscos e congestionamentos diários enfrentados pela população. Leandro Vilela, de Aparecida, afirmou que os municípios estão dispostos a colaborar nas desapropriações necessárias. Para José Délio, prefeito de Hidrolândia e presidente da AGM, a mobilização atual é a mais concreta em duas décadas de tentativas.

No Congresso, a bancada goiana também atua para assegurar recursos. O deputado federal José Nelto, relator setorial de infraestrutura no Orçamento da União, garantiu que a obra já consta na previsão orçamentária. A expectativa é que a licitação seja aberta até o fim do ano, iniciando uma etapa decisiva para tirar do papel um dos principais projetos viários de Goiás.



Projeto do Anel Viário mobiliza gestores: Daniel Vilela propõe interlocução com Ministério dos Transportes

Fibra óptica vai conectar municípios interior

Redação

O Governo de Goiás oficializou na segunda-feira, 23, a concessão do programa Goiás de Fibra, que promete transformar a conectividade nos órgãos públicos e em serviços essenciais do estado. O contrato, firmado com o Consórcio Sonda Goiás de Fibra, garante a implantação de uma rede de fibra óptica de alta velocidade, priorizando municípios das regiões Norte e Nordeste, historicamente menos assistidos em infraestrutura digital.

O investimento de R$ 500 milhões, ao longo de cinco anos, prevê a instalação de, pelo menos, 2,3 mil pontos de acesso em órgãos públicos estaduais, como escolas, hospitais, delegacias e repartições administrativas.

O secretário-geral de Governo, Adriano da Rocha Lima, destacou que a expansão da conectividade é decisiva para o desenvolvimento econômico e social do interior goiano. Segundo ele, ao priorizar as regiões mais afastadas dos grandes centros, o programa contribui para reduzir desigualdades e ampliar o acesso da população a serviços digitais, como telemedicina e ensino remoto.

Empresas parceiras como a Huawei, que fornecerá parte dos equipamentos, e a Fortinet, responsável pela segurança da rede, reforçaram o compromisso com a execução do projeto.

Ao término da implantação, o estado contará com estrutura capaz de suportar serviços de voz, Wi-Fi 7 e transmissão de dados em alta velocidade. A nova rede permitirá que escolas, unidades de saúde e segurança pública se integrem a um ambiente digital mais eficiente, beneficiando diretamente a população goiana.



Governo de Goiás assina contrato com consórcio e empresas: conectividade para 125 municípios do estado

TCE-GO aprova contas de 2024 do Governo de Goiás com superávit e cumprimento fiscal

Parecer do Tribunal de Contas aponta superávit de R$ 2,52 bilhões, crescimento de arrecadação e respeito aos limites constitucionais em saúde, educação e pessoal. Documento será enviado para julgamento da Alego

Beto Silva

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou por unanimidade, na última segunda-feira, 23, o parecer prévio sobre as contas do Governo de Goiás relativas ao exercício de 2024.

O relatório, apresentado pelo conselheiro Edson Ferrari, avaliou diversos aspectos da administração estadual, como o cumprimento das metas fiscais, a execução orçamentária, as vinculações constitucionais e o respeito aos parâmetros da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Entre os resultados apurados, o Estado registrou um superávit orçamentário de R$ 2,52 bilhões, com resultado primário positivo de R$ 2,20 bilhões e resultado nominal superavitário de R$ 1,05 bilhão. A arrecadação totalizou R$ 46,37 bilhões no período, representando crescimento de 10,44% em relação ao exercício anterior. Além disso, os conselheiros destacaram o cumprimento dos investimentos mínimos obrigatórios nas áreas de saúde, educação e nas despesas com pessoal.

O secretário da Economia de Goiás, Francisco Sérvulo Freire Nogueira, avaliou que a aprovação reflete um trabalho técnico e focado na sustentabilidade fiscal. Segundo ele, o controle de gastos, a busca por eficiência e a ampliação da transparência foram determinantes para o desempenho positivo das contas. O gestor ressaltou ainda que o reconhecimento unânime do TCE confirma a condução responsável da política fiscal estadual.

Para o superintendente central de Contabilidade da Secretaria da Economia, Ricardo Rezende, os resultados atestam a evolução do Estado na gestão fiscal e contábil. Ele pontuou que o governo mantém atenção permanente às recomendações e determinações do Tribunal de Contas, o que tem contribuído para a qualificação dos dados públicos e a melhoria da governança financeira estadual.

Após a aprovação do parecer pelo TCE-GO, o documento segue para análise da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego), responsável constitucional pelo julgamento final das contas do chefe do Executivo.

TCE aprova contas do governo relativas a 2024 com superávit de R$ 2,5 bilhões

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou por unanimidade as contas do governo referentes ao ano de 2024, destacando um superávit primário de R$ 2,52 bilhões e o cumprimento rigoroso das metas fiscais estabelecidas.

O parecer, relatado pelo conselheiro Edson Ferrari, evidenciou o respeito aos limites constitucionais mínimos, especialmente nas áreas de educação, saúde e controle das despesas com pessoal. A arrecadação total do Estado cresceu 10,44% em relação ao ano anterior, somando R$ 46,37 bilhões.

Representantes da Secretaria de Economia ressaltaram o compromisso contínuo com a sustentabilidade financeira, transparência e aperfeiçoamento da gestão pública. Segundo o secretário Weder-son Xavier, a aprovação reafirma a responsabilidade fiscal e o foco na avaliação das políticas públicas.

Agora, o parecer seguirá para a Assembleia Legislativa, que tem competência para julgar as contas do governador, mantendo a série de aprovações sem ressalvas desde 2019.

FINANÇAS PÚBLICAS

TCE aprova contas do governo relativas a 2024 com superávit de R$ 2,5 bilhões

Corte reconhece equilíbrio fiscal e cumprimento das metas orçamentárias do Estado no último ano

Da Redação
jornalismo@diariodeaparecida.com

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou por unanimidade as contas do governo referentes ao ano de 2024, destacando um superávit primário de R$ 2,52 bilhões e o cumprimento rigoroso das metas fiscais estabelecidas.

O parecer, relatado pelo conselheiro Edson Ferrari, evidenciou o respeito aos limites constitucionais mínimos, especialmente nas áreas de educação, saúde e controle das despesas com pessoal. A arrecadação total do Estado cresceu 10,44% em relação ao ano anterior, somando R$ 46,37 bilhões.

Representantes da Secretaria de Economia ressaltaram o compromisso contínuo com a sustentabilidade financeira, transparência e aperfeiçoamento da gestão pública. Segundo o secretário Wederson Xavier, a aprovação reafirma a responsabilidade fiscal e o foco na avaliação das políticas públicas.

Agora, o parecer seguirá para a Assembleia Legislativa, que tem competência para julgar as contas do governador, mantendo a série de aprovações sem ressalvas desde 2019.

Luísa Medeiros / Economia



Conselheiros do Tribunal de Contas destacam solidez fiscal e gestão eficiente nas contas estaduais de 2024

BENEFÍCIOS

Goiás Social leva serviços gratuitos e oportunidades a Goianésia no aniversário da cidade



Isabela Dias de Jesus, grávida de sua quarta filha, garante o benefício do Mães de Goiás

Da Redação
jornalismo@diariodeaparecida.com

Em comemoração aos 72 anos de emancipação política de Goianésia, o Goiás Social promove uma grande ação social no Setor São Cristóvão, ao lado da Lagoa Princesa do Vale, oferecendo mais de 30 serviços gratuitos à comunidade local até o meio-dia desta quarta-feira (25).

Durante o evento, foram entregues cartões dos programas Mães de Goiás, Dignidade, Goiás Por Elas e Aprendiz do Futuro, além de realizar emissão de documentos como carteira de identidade e passaporte para idosos. O secretário Wellington Matos destacou a importância da parceria entre Estado e prefeitura para garantir o acesso e atualização dos benefícios sociais.

O prefeito Renato de Castro ressaltou que a iniciativa traz qualificação e dignidade aos moradores, fortalecendo a economia local.

Exemplos inspiradores como o de Isabela Dias de Jesus, 25 anos, grávida atendida e beneficiada, e Rosimar Gomes Lima, 64 anos, que investirá em seu negócio com o crédito social, demonstram o impacto positivo do programa na vida das pessoas.

Fotos: Lucas Diener



Aos 64 anos, Rosimar planeja abrir negócio: "Meu doce vai até Goiânia"

Contas do Governo de Goiás em 2024 são aprovadas por unanimidade pelo TCE-GO

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou, por unanimidade, o Parecer Prévio das contas do Governo de Goiás relativas ao exercício de 2024. O julgamento ocorreu na última segunda-feira, 23 de junho, com relatoria do conselheiro Edson Ferrari, e analisou pontos como gestão orçamentária, vinculações constitucionais, patrimônio e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com o parecer, o governo estadual encerrou 2024 com superávit orçamentário de R$ 2,52 bilhões, resultado primário de R$ 2,20 bilhões e resultado nominal superavitário de R$ 1,05 bilhão. A arrecadação cresceu 10,44%, somando R$ 46,37 bilhões. O relatório também confirmou o cumprimento dos limites constitucionais nas áreas de educação, saúde e despesas com pessoal.

Para o secretário de Estado da Economia, Francisco Sérvulo Freire Nogueira, o resultado é reflexo de uma gestão técnica e comprometida com a sustentabilidade fiscal. "A aprovação unânime das contas confirma que estamos no caminho certo, com controle de gastos, mais transparência e busca constante por eficiência", afirmou. O superintendente central de Contabilidade, Ricardo Rezende, ressaltou o avanço na qualidade fiscal e contábil do Estado. "A atenção às recomendações do TCE tem sido essencial para o aprimoramento contínuo da gestão e da transparência", disse.

Wederson Xavier, subsecretário do Tesouro Estadual, reforçou que a aprovação reafirma o compromisso com a responsabilidade fiscal. "É também um momento importante para fortalecer o debate sobre a efetividade das políticas públicas adotadas pelo governo", concluiu.

Com a aprovação pelo TCE-GO, o parecer segue agora para análise da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), responsável pelo julgamento final. Desde 2019, todas as contas do governo estadual têm sido aprovadas sem ressalvas.

ESTADO

Aliança entre prefeitos e deputados busca destravar obras do Anel Viário em Goiás

Encontro realizado em Goiânia reforça articulação política para retomar projeto estratégico de mobilidade urbana na Região Metropolitana



Da Redação
redacao@jornalgoias.com.br

Em uma ação conjunta para viabilizar a retomada das obras do Anel Viário de Goiânia, o prefeito de Aparecida de Goiânia, Leandro Vilela, participou de uma reunião estratégica no Paço Municipal da capital, na manhã do último dia 24 de junho. O encontro foi liderado pelo prefeito Sandro Mabel e contou com a presença de gestores municipais da Região Metropolitana, do vice-governador Daniel Vilela, deputados federais, representantes do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e técnicos das áreas de planejamento e infraestrutura.

Durante a reunião, os participantes destacaram a importância do projeto como motor de desenvolvimento logístico, econômico e urbano para Goiás. Leandro Vilela enfatizou o impacto da obra para Aparecida e cidades vizinhas. "O Anel Viário representa um divisor de águas. Vai desafogar o trânsito, melhorar a logística das empresas e atrair novos investimentos para toda a região. Estamos comprometidos com sua conclusão", afirmou o prefeito.

A articulação busca, sobretudo, destravar dois trechos prioritários: o que liga Hidrolândia à saída para Anápolis, na BR-060, e o Anel Viário Norte, que conectará a BR-153 à BR-060. "Essa obra é fundamental para a industrialização da Região Norte de Goiânia. Vamos abrir novas vias e criar oportunidades de emprego perto das casas das pessoas", destacou o prefeito Sandro Mabel.

O vice-governador Daniel Vilela também reforçou o apoio do Governo de Goiás ao projeto. "Trata-se de uma intervenção estruturante que vai transformar o eixo logístico do estado. O governo é parceiro e está pronto para colaborar no que for necessário", pontuou.

Representando a bancada federal, os deputados José Nelto (UB) e Rubens Ottoni (PT) garantiram empenho em Brasília para acelerar a liberação de recursos e solucionar entraves burocráticos. "É uma pauta suprapartidária e de interesse coletivo", afirmou Nelto. "O Congresso precisa estar alinhado com os gestores locais para garantir essa entrega", completou Ottoni.

O prefeito Leandro Vilela também tem agenda com o Ministro dos Transportes, ainda nesta semana, para reforçar a defesa do projeto.

Uma obra de impacto regional

Com cerca de 45 quilômetros de extensão prevista, o Anel Viário de Goiânia é considerado uma das maiores intervenções de infraestrutura da Região Metropolitana. O objetivo é desviar o tráfego pesado das zonas urbanas, melhorar o fluxo de veículos e impulsionar o crescimento econômico.

O trecho leste, o mais desafiador, inclui a requalificação da BR-153, especialmente nas áreas que atravessam Aparecida de Goiânia e Goiânia.

Com a união de forças entre municípios, governo estadual e bancada federal, a expectativa é que as obras sejam reativadas ainda neste semestre, garantindo avanços significativos na mobilidade e qualidade de vida da população.

Participações

Além de Leandro Vilela, estiveram presentes o vice-prefeito de Aparecida, João Campos; os prefeitos José Délio (Hidrolândia), presidente da AGM, e Lucas do Galdino (Bonfinópolis); vereadores de Goiânia; os secretários Alfredo Soubihe (Infraestrutura) e Andrey Azeredo (Planejamento); além de representantes da Secretaria Estadual de Infraestrutura e do DNIT.

Contas do Governo de Goiás em 2024 são aprovadas por unanimidade pelo TCE-GO



Da Redação
redacao@jornalgoias.com.br

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou, por unanimidade, o Parecer Prévio das contas do Governo de Goiás relativas ao exercício de 2024. O julgamento ocorreu na última segunda-feira, 23 de junho, com relatoria do conselheiro Edson Ferrari, e analisou pontos como gestão orçamentária, vinculações constitucionais, patrimônio e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com o parecer, o governo estadual encerrou 2024 com superávit orçamentário de R$ 2,52 bilhões, resultado primário de R$ 2,20 bilhões e resultado nominal superavitário de R$ 1,05 bilhão. A arrecadação cresceu 10,44%, somando R$ 46,37 bilhões. O relatório também confirmou o cumprimento dos limites constitucionais nas áreas de educação, saúde e despesas com pessoal.

Para o secretário de Estado da Economia, Francisco Sérvulo Freire Nogueira, o resultado é reflexo de uma gestão técnica e comprometida com a sustentabilidade fiscal. "A aprovação unânime das contas confirma que estamos no caminho certo, com controle de gastos, mais transparência e busca constante por eficiência", afirmou.O superintendente central de Contabilidade, Ricardo Rezende, ressaltou o avanço na qualidade fiscal e contábil do Estado. "A atenção às recomendações do TCE tem sido essencial para o aprimoramento contínuo da gestão e da transparência", disse.

Wederson Xavier, subsecretário do Tesouro Estadual, reforçou que a aprovação reafirma o compromisso com a responsabilidade fiscal. "É também um momento importante para fortalecer o debate sobre a efetividade das políticas públicas adotadas pelo governo", concluiu.

Com a aprovação pelo TCE-GO, o parecer segue agora para análise da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás (Alego), responsável pelo julgamento final. Desde 2019, todas as contas do governo estadual têm sido aprovadas sem ressalvas.

CONTA PONTO

Esse resultado é fruto de um trabalho técnico, consistente e com foco na sustentabilidade das finanças públicas. Goiás tem avançado com firmeza no controle dos gastos, no aumento da transparência e na busca por eficiência.

A aprovação unânime das contas confirma que estamos no caminho certo"

Francisco Sérvulo, secretária de Estado da economia, ao comentar, na última terça-feira (24), a aprovação pelo Tribunal de Contas do estado de Goiás (TCE-GO), por unanimidade, o parecer prévio das contas do Governo de Goiás relativas a 2024. A análise, relatada pelo conselheiro Edson Ferrari, abrangeu aspectos como gestão orçamentária, vinculações constitucionais, gestão patrimonial e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com o parecer, o Governo de Goiás cumpriu as metas fiscais estabelecidas, encerrando o exercício de 2024 com superávit orçamentário de R$ 2,52 bilhões e resultado primário de R$ 2,20 bilhões.

Marcelo Camargo/ABr



Papel da pesquisa eleitoral nas campanhas de vanguarda

Wilson Pedroso e Bruno Soller

Durante muito tempo, as pesquisas eleitorais foram vistas como oráculos com poderes de prever o futuro e instrumentos de campanha habilitados para influenciar diretamente os votos dos eleitores. Candidatos corriam atrás dos institutos em busca de boas manchetes, acreditando que um bom resultado em números resolveria também o desempenho prático nas urnas. Mas os tempos mudaram. E as formas de uso das pesquisas eleitorais também se transformaram.

Representantes da velha política, que costumavam apostar todas as fichas de suas candidaturas nas pesquisas eleitorais, hoje acreditam que os levantamentos perderam o valor. Mas esse é um grande equívoco. O que mudou foi o papel que elas ocupam dentro de uma estrutura moderna de campanha. Na prática, o que vemos é que, atualmente, quem despreza as pesquisas costuma andar às cegas. E quem as usa apenas para mostrar que está "na frente", geralmente não está.

Políticas inteligentes, que caminham na vanguarda dos tempos atuais, já compreenderam que a pesquisa não é mais um fim. É um meio. E que, quando inteligência usada com estratégia, ela continua sendo uma das ferramentas mais poderosas para a construção de uma imagem forte junto à opinião pública.

Pesquisas de qualidade, feitas com rigor e leitura correta, ajudam a ajustar o discurso, entender o que o povo realmente quer ouvir e definir onde a campanha deve concentrar energias e injetar investimentos — seja no digital ou na rua.

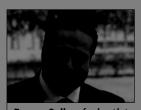
Nos dias atuais, os levantamentos de intenção de voto precisam dialogar com dados, narrativas e timing. As pesquisas não foram avaliadas isoladamente, mas, sim, adicionadas a um arcabouço maior de informações, que ajudam o núcleo estratégico das campanhas a entender as tendências do comportamento do eleitor e do cenário político como um todo.

Além disso, as pesquisas de hoje devem ser mais abrangentes. Eles não devem consultar os candidatos apenas sobre sua intenção de voto, mas levantar também suas opiniões sobre temas decisivos para construção de planos de governo e dos discursos dos candidatos.

Em tempos de redes sociais, inteligência artificial e comunicação em tempo real, a pesquisa certa é aquela que ajuda a pensar, e não só aparece. Por si só, ela não vencerá a eleição, mas garantirá os subsídios estratégicos que levarão o candidato à vitória.



Wilson Pedroso é analista político, consultor eleitoral e sócio estrategista do Real Time Big Data



Bruno Soller é cientista político e sócio fundador do Real Time Big Data

Decide o TST, paga o CNPJ

Bruno Prado

Sob o pretexto de ampliar a proteção ao trabalhador, o Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu que não é mais necessário o afastamento superior a quinze dias nem o recebimento de auxílio-doença acidentário para garantir a estabilidade provisória ao empregado que alega ter adquirido uma doença ocupacional. Um marco preocupante para o ambiente de negócios no Brasil.

Em termos práticos, isso significa que qualquer trabalhador pode, após a demissão e sem ter sido afastado ou submetido à perícia do INSS, pleitear na Justiça do Trabalho uma estabilidade de doze meses, bastando alegar, com base em uma perícia judicial, um suposto nexo causal com a atividade exercida.

É mais um exemplo do ativismo judicial desconectado da realidade econômica brasileira. Os ministros do TST, alheios à complexidade de empreender em um país que já enfrenta uma das maiores cargas tributárias do mundo, uma burocracia surreal e um sistema jurídico moroso, decidiram impor às empresas mais um fator de incerteza: a possibilidade de serem condenadas com base em uma alegação feita sem qualquer comprovação prévia junto à Previdência Social, mesmo após alguns meses depois da rescisão contratual.

O artigo 118 da Lei nº 8.213/1991 foi claro ao estabelecer que a estabilidade decorre do acidente de trabalho ou doença ocupacional que gere afastamento superior a quinze dias e concessão do auxílio-doença acidentário (B91). A nova interpretação do TST ignora esse critério objetivo e transforma a estabilidade provisória em um direito subjetivo, retroativo e desprovido de qualquer filtro técnico.

O impacto prático dessa decisão é devastador. O empresário, mesmo encerrando um contrato dentro da legalidade, passa a conviver com o risco permanente de sofrer uma ação trabalhista futura, pleiteando estabilidade baseada em eventos que, à época da rescisão, sequer existiam. Isso desestimula contratações formais, encarece o custo do trabalho e agrava o já conhecido "Custo Brasil" — um dos maiores entraves ao crescimento econômico e à geração de empregos no país.

A decisão também passa uma mensagem contraditória. Empresas que investem em saúde ocupacional, ergonomia, programas de prevenção e controle de riscos não estão imunes a ações trabalhistas imprevisíveis. Pior, não é mais a prevenção técnica que importa, mas sim a capacidade de defesa judicial meses após o encerramento do vínculo.

O Brasil precisa de segurança jurídica, previsibilidade e racionalidade no trato das relações de trabalho. Decisões como a do Tema 125 caminham na direção oposta. Elas alimentam a litigiosidade, corroem a confiança empresarial e penalizam quem emprega, quem investe e quem gera renda neste país.

O empresário não suporta mais a carga sob seus ombros, se não houver reação institucional firme, o resultado será inevitável: menos empregos, mais informalidade, e o avanço de um Estado paternalista onde o risco de empreender se torna insuportável.



Bruno Prado é diretor de operações trabalhistas e previdenciárias da KBL Contabilidade

CARTA DO LEITOR

Mosquito da dengue

O mosquito, que é responsável por causar doenças arboviroses, é o principal transmissor da dengue. É importante os órgãos públicos intensificarem as campanhas de combate, principalmente por não termos o suporte dos agentes de combate a endemias que auxiliam e verificam os cuidados domésticos. Em épocas de chuvas isoladas devemos ficar mais atentos para que não sejamos omissos em relação ao mosquito da dengue, já que podemos fazer a diferença, com os cuidados necessários protegem não somente nossa família, mas também nossos vizinhos. É um trabalho em conjunto. A consciência de mantermos uma cidade limpa e os cuidados em casa resulta em vidas preservadas.

Yasmine Gondim
Aparecida de Goiânia

CONTA PONTO

"Esse resultado é fruto de um trabalho técnico, consistente e com foco na sustentabilidade das finanças públicas. Goiás tem avançado com firmeza no controle dos gastos, no aumento da transparência e na busca por eficiência.
A aprovação unânime das contas confirma que estamos no caminho certo"

Francisco Sérvulo, secretária de Estado da Economia, ao comentar, na última terça-feira (24), a aprovação pelo Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO), por unanimidade, o parecer prévio das contas do Governo de Goiás relativas a 2024. A análise, relatada pelo conselheiro Edson Ferrari, abrangeu aspectos como gestão orçamentária, vinculações constitucionais, gestão patrimonial e cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal. De acordo com o parecer, o Governo de Goiás cumpriu as metas fiscais estabelecidas, encerrando o exercício de 2024 com superávit orçamentário de R$ 2,52 bilhões e resultado primário de R$ 2,20 bilhões.

INTERAJA CONOSCO

@jornalohoje
O governo do Catar declarou oficialmente que conseguiu interceptar todos os ataques lançados pelo Irã em direção ao seu território durante a recente escalada de tensões no Oriente Médio. A informação foi divulgada por autoridades militares catari, que reforçaram a eficácia dos sistemas de defesa aérea do país e confirmaram que nenhuma estrutura civil ou militar foi atingida. O episódio ocorre em meio ao aumento da instabilidade regional, com diferentes países sendo afetados por ataques diretos e indiretos. Até o momento, o Irã não comentou sobre a interceptação. A comunidade internacional acompanha a situação com preocupação crescente.

@ohoje
A Câmara Municipal de Goiânia aprovou, nesta terça-feira (24), o projeto de lei que limita o horário de funcionamento de distribuidoras de bebidas. De acordo com o texto, os estabelecimentos deverão fechar as portas às 23h59 retornando as atividades às 5h da manhã. O projeto do vereador Sargento Novandir (MDB) segue para análise na Comissão de Segurança Pública e Patrimonial (CSPP) da Casa.

Aos colaboradores do O Hoje: Artigos para este espaço devem conter no máximo 4.000 caracteres e também podem ser divulgados no portal **ohoje.com.** São analisados os textos enviados, com foto e assinatura, para editor@ohoje.com.br. Cartas não podem ultrapassar 800 caracteres e o endereço para envio é o mesmo dos artigos. Mais informações podem ser obtidas pelo (62) 3095-8742.

O HOJE.com
Grupo O Hoje de comunicação
Fundado em 23 de Abril de 2004
Presidente
Gean Alaesse Cordeiro
Bancas: R$ 2,50
Comercial: (62) 3095-8722 / (62) 3095-8754 / comercial1@ohoje.com.br | **Whatsapp:** (62) 99619-5512
Redação: (62) 3095-8767 / **Circulação:** (62) 98331-7879 / editor@hojenoticia.com.br | **O Hoje.com:** (62) 3095-8700
Endereços: Goiás: Rua 132-A, nº 124, Setor Sul, CEP: 74093-8700 - Goiânia
Distrito Federal: Av. das Aracárias, Lt 305, Bairro Águas Claras, CEP: 71.936-250 - Brasília

GIRO

TCE recomenda que Alego altere a forma de calcular despesas com pessoal

Ao analisar as contas da Assembléia Legislativa no terceiro quadrimestre de 2024. o Tribunal de Contas do Estado (TCE) recomendou que a Casa passe a considerar três tipos de verbas indenizatórias pagas aos servidores como gastos com pessoal. De acordo com o processo, finalizado e enviado ü Alego no início da noite de segunda-feira (23), a recomendação vale para indenização de férias não gozadas, ajuda de custo de serviço técnico e hora-aula. Juntas, as três modalidades teriam tido um impacto de R$ 9.2 milhões na conta que é considerada para apuração dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Considerando o período analisado pelo TCE, o índice teria sido elevado de 1,31% para 1,33%, mais próximo do limite prudencial de 1,35%, que implica em restrições a contratações, despesas e criações de cargos. Após chegar perto desse marco, a Assembléia reduziu as despesas para 1,27% no primeiro quadrimestre de 2025.

Metodologia

O diretor Financeiro adjunto da Alego, Edilson Bezerra da Silva, explica que a Casa deduz os pagamentos do cálculo das despesas de pessoal em linha com o tratamento dado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) às verbas indenizatórias.

Mudança

Edilson adianta que a Alego passará a considerar a ajuda de custo e a hora-aula como despesas com pessoal. As indenizações por férias não gozadas serão analisadas "caso a caso". "O servidor que estiver em atividade vamos deixar de deduzir e o que estiver passando para a inatividade vamos continuar deduzindo. "

Recesso à vista

O presidente da Alego, Bruno Peixoto (UB), avalia adiar a segunda votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a próxima semana e prevê sessões até quarta-feira (2). Tudo para dar tempo de votar o novo projeto do Propag. que ainda passa por discussões e dificilmente será enviado antes desta sexta-feira (27).

Baixou o nível

Envolvidos na disputa pela reitoria da UFG, que será encerrada nesta quarta-feira (25), apontam acirramento inédito na

reta final. A chapa de situação, encabeçada por Sandramara Matias, acusa os adversários de usarem "tática bolsonarista". A oposição, liderada por Karla Emmanuela. também acusa o uso de "desinformação".

Erro isonômico

A votação para reitor já tinha sido iniciada quando a Comunicação da UFG disparou e-mail com informações da chapa de Sandramara. Mais tarde, material semelhante, alusivo à candidatura de Karla, foi enviado. A Comissão Organizadora reconheceu que o regulamento eleitoral foi infringido, mas ressalvou que "foi mantida a isonomia".

Agora é oficial

O governador Ronaldo Caiado (U B) vai lançar, nesta quinta-feira (26), o projeto "Integração Hospitalar em Rede", que foi antecipado aqui e será implementado a partir de "mentoria" do Albert Einstein. A expectativa é ampliar a capacidade de atendimento em 51 mil pacientes por ano, com economia de R$ 500 milhões.

Pergunta para MÁRCIO LUÍS DA SILVA

Presidente da Facieg

José Mário Schreiner (Faeg) lançou seu nome para deputado estadual.

Vai ser candidato?

Apesar da força e capilaridade do setor produtivo, temos representação abaixo do que o segmento merece e precisa. Receber um apoio como o do Zé Mário tem peso enorme e tenho uma motivação a mais. pois a Região Norte, de onde sou. não tem representante na Alego. Mas é uma decisão que deve ser fruto de vontade coletiva e será tomada mais adiante.

Arremate

SEGUNDA INSTÂNCIA - O desembargador Fabiano Abel de Aragão Fernandes. daT9 Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO). negou recurso do Ministério Público de Goiás (M PGO) com objetivo de suspender a portaria na qual a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) decidiu só levar à Justiça dívidas tributárias com valor superior a R$500 mil.

ARGUMENTO - Em sua decisão, o desembargador concordou com os argumentos da PGE. O órgão estadual defende a ampliação da adoção de medidas extrajudiciais como forma de buscar soluções mais ágeis e consensuais. Segundo ele, a portaria não configura "renúncia fiscal, nem perdão indistinto ou cancelamento genérico de créditos fiscais inferiores a R$ 500 mil".

Editorial

Águas do Cerrado

Os rios do Cerrado estão secando. Essa é a dramática conclusão do estudo Cerrado – O elo sagrado das águas do Brasil, publicado pela Ambiental Media, com dados da Agência Nacional de Águas (ANA), organizados pelo MapBiomas.

Nas duas principais bacias hidrográficas de Goiás – a do Rio Araguaia e a do Rio Tocantins – a perda de vazão foi de 35% nos últimos 40 anos. O volume de água perdido equivale a mais de 15 mil piscinas olímpicas por dia, o suficiente para abastecer toda a população brasileira por 24 horas.

A perda é consequência das mudanças climáticas e das atividades econômicas ligadas ao uso do solo. No caso do Cerrado, destaca-se a expansão agrícola voltada para commodities, que exige irrigação intensiva e impulsiona o desmatamento nas áreas próximas aos rios.

Apesar do cenário preocupante, os autores do estudo indicam que ainda é possível frear a perda de água nos mananciais. Entre as soluções apontadas estão a definição de áreas prioritárias e a criação de uma legislação de uso do solo semelhante à da Amazônia.

No entanto, o que se observa atualmente é um Congresso Nacional empenhado em flexibilizar as leis ambientais.

Mariosan



GRUPO JAIME CÂMARA
FUNDADOR
Jaime Câmara (1909-1989)
PRESIDENTE
Jaime Câmara Júnior
CEO
Breno Machado
VICE-PRESIDENTE DE NEGÓCIOS
Ronaldo Borges Ferrante
DIR. JURÍDICO/REL. INSTITUCIONAIS
Gulver Augusto Leão

O Popular
Editado por J. Câmara & Irmãos S.A.
FUNDADORES
Jaime Câmara (1909-1989)
Joaquim Câmara Filho (1899-1955)
Rebouças Câmara (1898-1973)
EDITORA EXECUTIVA
Silvana Bittencourt
EDITOR ADJUNTO E DE IMAGEM
André Rodrigues
EDITOR ASSISTENTE
Rodrigo Hirose
PUBLICIDADE
(62) 3250-1453

CLASSITEL
(62) 3250-5323
ATENDIMENTO AO ASSINANTE
(62) 3250-1220
WhatsApp: (62) 98596-1220
VENDAS DE ASSINATURAS
(62) 3250-5353
SEDE
Rua Thomas Edison, Quadra 7, CEP 74835-130, Setor Serrinha
Telefone geral (62) 3250-1000
FAX (62) 3255-7513
Telex: (62) 2110 - Goiânia - GO
O POPULAR ON-LINE
www.opopular.com.br
AFILIAÇÕES
Instituto Verificador de Comunicação IVC
ANJ Associação Nacional de Jornais
Sociedade Interamericana de Imprensa
Carga tributária PIS/COFINS: 3,65%

GIRO



Caio Henrique Salgado
caio.salgado@opopular.com.br

Metodologia

O diretor Financeiro adjunto da Alego, Edilson Bezerra da Silva, explica que a Casa deduz os pagamentos do cálculo das despesas de pessoal em linha com o tratamento dado pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) às verbas indenizatórias.

Mudança

Edilson adianta que a Alego passará a considerar a ajuda de custo e a hora-aula como despesas com pessoal. As indenizações por férias não gozadas serão analisadas "caso a caso". "O servidor que estiver em atividade vamos deixar de deduzir e o que estiver passando para a inatividade vamos continuar deduzindo."

Recesso à vista

O presidente da Alego, Bruno Peixoto (UB), avalia adiar a segunda votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para a próxima semana e prevê sessões até quarta-feira (2). Tudo para dar tempo de votar o novo projeto do Propag, que ainda passa por discussões e dificilmente será enviado antes desta sexta-feira (27).

TCE recomenda que Alego altere a forma de calcular despesas com pessoal

Ao analisar as contas da Assembleia Legislativa no terceiro quadrimestre de 2024, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) recomendou que a Casa passe a considerar três tipos de verbas indenizatórias pagas aos servidores como gastos com pessoal. De acordo com o processo, finalizado e enviado à Alego no início da noite de segunda-feira (23), a recomendação vale para indenização de férias não gozadas, ajuda de custo de serviço técnico e hora-aula. Juntas, as três modalidades teriam tido um impacto de R$ 9,2 milhões na conta que é considerada para apuração dos limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Considerando o período analisado pelo TCE, o índice teria sido elevado de 1,31% para 1,33%, mais próximo do limite prudencial de 1,35%, que implica em restrições a contratações, despesas e criações de cargos. Após chegar perto desse marco, a Assembleia reduziu as despesas para 1,27% no primeiro quadrimestre de 2025.

Wesley Costa



Boca de lobo ampliada – Buraco avança na Avenida C-17, no Setor Sudoeste, em Goiânia.

Baixou o nível

Envolvidos na disputa pela reitoria da UFG, que será encerrada nesta quarta-feira (25), apontam acirramento inédito na reta final. A chapa de situação, encabeçada por Sandramara Matias, acusa os adversários de usarem "tática bolsonarista". A oposição, liderada por Karla Emmanuela, também acusa o uso de "desinformação".

Erro isonômico

A votação para reitor já tinha sido iniciada quando a Comunicação da UFG disparou e-mail com informações da chapa de Sandramara. Mais tarde, material semelhante, alusivo à candidatura de Karla, foi enviado. A Comissão Organizadora reconheceu que o regulamento eleitoral foi infringido, mas ressalvou que "foi mantida a isonomia".

Agora é oficial

O governador Ronaldo Caiado (UB) vai lançar, nesta quinta-feira (26), o projeto "Integração Hospitalar em Rede", que foi antecipado aqui e será implementado a partir de "mentoria" do Albert Einstein. A expectativa é ampliar a capacidade de atendimento em 51 mil pacientes por ano, com economia de R$ 500 milhões.

? Pergunta para



MÁRCIO LUÍS DA SILVA
Presidente da Facieg

José Mário Schreiner (Faeg) lançou seu nome para deputado estadual. Vai ser candidato?

Apesar da força e capilaridade do setor produtivo, temos representação abaixo do que o segmento merece e precisa. Receber um apoio como o do Zé Mário tem peso enorme e tenho uma motivação a mais, pois a Região Norte, de onde sou, não tem representante na Alego. Mas é uma decisão que deve ser fruto de vontade coletiva e será tomada mais adiante.

Arremate

SEGUNDA INSTÂNCIA – O desembargador Fabiano Abel de Aragão Fernandes, da 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), negou recurso do Ministério Público de Goiás (MPGO) com objetivo de suspender a portaria na qual a Procuradoria-Geral do Estado (PGE) decidiu só levar à Justiça dívidas tributárias com valor superior a R$ 500 mil.

ARGUMENTO – Em sua decisão, o desembargador concordou com os argumentos da PGE. O órgão estadual defende a ampliação da adoção de medidas extrajudiciais como forma de buscar soluções mais ágeis e consensuais. Segundo ele, a portaria não configura "renúncia fiscal, nem perdão indistinto ou cancelamento genérico de créditos fiscais inferiores a R$ 500 mil".

TCE-MS participa de webinário sobre planejamento orçamentário na primeira infância

O evento promoveu uma roda de conversa entre representantes dos Tribunais de Contas de diferentes estados

O conselheiro substituto do Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul (TCE-MS), Celio Lima de Oliveira, foi um dos palestrantes do webinario "Vozes da Primeira Infancia: planejamento orcamentario em foco", realizado nesta terca-feira (24). O evento integra o curso "Construindo o Futuro: a Crianca no Orcamento Publico", promovido pelo Nucleo de Educacao a Distancia da Escola de Contas e Capacitacao Professor Pedro Aleixo, do Tribunal de Contas de Minas Gerais.

Com objetivo de informar, capacitar e engajar gestores, servidores publicos e a sociedade sobre a importancia do planejamento orcamentario nas politicas publicas voltadas para a primeira infancia, o evento promoveu uma roda de conversa entre representantes dos Tribunais de Contas de diferentes estados.

Participaram do debate o presidente do TCE-MG, conselheiro Durval Angelo, alem dos conselheiros Edson Ferrari (TCE-GO) e Pedro Henrique Azevedo (TCE-MG), e o conselheiro substituto do TCE-MS, Celio Lima de Oliveira.

Durante o webinario, os especialistas discutiram temas como a preocupacao com a primeira infancia; a atuacao dos Tribunais de Contas frente aos desafios dessa politica publica, questionando se os instrumentos tradicionais, como julgamentos e pareceres previos, sao suficientes; e a importancia do planejamento orcamentario na implementacao efetiva das metas para a Primeira Infancia.

Para o conselheiro substituto do TCE-MS, Celio Lima de Oliveira, "o investimento na primeira infancia nao e apenas uma obrigacao legal, mas uma estrategia inteligente de gestao publica. E na crianca que estao as maiores oportunidades de transformacao social, e os municipios precisam entender que o planejamento orcamentario e fundamental para garantir o pleno desenvolvimento na primeira infancia", destacou.

O webinario, realizado em dois encontros, faz parte de uma programacao voltada a capacitacao de diversos publicos, incluindo gestores e profissionais da educacao, conselheiros de politicas publicas, auditores, controladores, representantes do terceiro setor e a sociedade civil.

A primeira etapa do seminario ocorreu no dia 16 de junho, com uma conversa aberta sobre temas essenciais como a importancia da primeira infancia, a intersetorialidade nas politicas publicas, a articulacao entre os poderes executivo, legislativo, judiciario e sociedade civil, e sobre como os municipios podem aprimorar seus indicadores, alocando recursos de forma eficiente e garantindo a efetividade das acoes voltadas as criancas.

O Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul tem atuado de forma permanente no fortalecimento das politicas publicas da Primeira Infancia, por meio de acoes de orientacao, capacitacao e controle externo, contribuindo com os municipios para assegurar o desenvolvimento integral das criancas sul-mato-grossenses.

Por: Tania Sother

Foto por: Mary Vasques

Fonte: Tribunal de Contas de Mato Grosso do Sul

GO aprova contas do Governo de Goiás para 2024

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou por unanimidade, na última segunda-feira (23), o Parecer Prévio das contas do Governo de Goiás referentes ao ano de 2024. A análise, conduzida pelo conselheiro Edson Ferrari, incluiu uma avaliação detalhada sobre gestão orçamentária, vinculações constitucionais, gestão patrimonial e o cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Durante a apresentação do parecer, Ferrari destacou que o resultado é fruto de um trabalho técnico e consistente, com ênfase na sustentabilidade das finanças públicas. Ele ressaltou que Goiás tem avançado significativamente no controle dos gastos, promovendo maior transparência e buscando eficiência na administração pública.

A aprovação unânime das contas pelo TCE-GO é vista como um indicativo de que o governo estadual está seguindo na direção correta em relação à sua gestão financeira, reforçando o compromisso com a responsabilidade fiscal e a boa governança.

Tribunal de Contas aprova contas de Goiás com superávit recorde

O Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO) aprovou, por unanimidade, na última segunda-feira (23), o Parecer Prévio das contas do Governo de Goiás relativas ao exercício de 2024. A decisão, relatada pelo conselheiro Edson Ferrari, analisou aspectos essenciais como gestão orçamentária, cumprimento da Lei de Responsabilidade Fiscal e vinculações constitucionais em áreas prioritárias, como saúde e educação. O estado encerrou o ano com um superávit orçamentário de R$ 2,52 bilhões, resultado primário de R$ 2,20 bilhões e um resultado nominal superavitário de R$ 1,05 bilhão. Além disso, a arrecadação estadual cresceu 10,44%, atingindo R$ 46,37 bilhões, sinalizando avanços significativos na condução econômica. A aprovação unânime reforça o reconhecimento do equilíbrio financeiro e da eficiência fiscal alcançados pelo governo goiano, segundo autoridades locais.

De acordo com Francisco Sérvulo Freire Nogueira, secretário de Estado da Economia, o desempenho positivo reflete um esforço consistente em sustentabilidade fiscal, controle de gastos e transparência administrativa. A análise do TCE-GO destacou o cumprimento integral dos limites constitucionais em educação e saúde, áreas frequentemente sensíveis ao orçamento público, além de manter despesas de pessoal dentro dos parâmetros legais. Especialistas apontam que o resultado é ainda mais relevante em um momento de incertezas econômicas nacionais, onde estados enfrentam desafios com arrecadação e repasses federais. Ricardo Rezende, superintendente de Contabilidade da Secretaria de Economia, enfatizou que os números refletem uma política de gestão estratégica e comprometida, capaz de gerar superávits mesmo em cenários adversos. Esse desempenho pode servir de modelo para outras unidades federativas.

Olhando para o futuro, o estado de Goiás projeta novos avanços em eficiência fiscal e no aprimoramento da gestão pública. Com a aprovação das contas de 2024, o governo sinaliza que está preparado para ampliar investimentos em áreas estratégicas, como infraestrutura e programas sociais, sem comprometer o equilíbrio financeiro. Especialistas alertam, no entanto, que a manutenção dessa trajetória dependerá da continuidade de políticas responsáveis e de ajustes frente a possíveis oscilações econômicas externas. Para analistas, o caso de Goiás se insere em um contexto mais amplo de busca por eficiência nos estados brasileiros, onde a transparência e o controle fiscal se tornaram exigências crescentes. A sustentabilidade econômica, como demonstrado, não é apenas uma meta, mas uma necessidade para garantir o desenvolvimento regional e a confiança pública nos gestores.